

Águas e Energia do Porto,
E.M.
NIF: 507718666
Rua Barão de Nova Sintra,
285
Apartado 3504 | 4300-367
Porto
Tel. +351 22 519 08 00
Fax: +351 22 519 05 50
geral@aguasdoporto.pt
www.aguasdoporto.pt



Caderno de Encargos



Aquisição de Serviços de:

Vigilância e Segurança

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º 158CPI25

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a **Contrato**

- 1 - O Contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O Contrato a celebrar integra ainda os elementos referidos no artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos (doravante abreviadamente designado CCP).

Cláusula 2.^a **Obrigações principais do adjudicatário**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas Cláusulas Contratuais, da celebração do Contrato decorrem as seguintes obrigações principais:

- a) Executar o objeto do Contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas;
- b) Efetuar a prestação de serviços identificada na sua proposta à entidade adjudicante, conforme as Cláusulas e Especificação Técnicas do presente Caderno de Encargos, dentro do prazo previsto nas peças do procedimento;
- c) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do Contrato;
- d) Não alterar as condições da prestação de serviços fora dos casos previstos do presente Caderno de Encargos;
- e) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- f) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no Contrato;
- g) Disponibilizar a informação relevante para a gestão do Contrato;
- h) Cumprir as regras de segurança e restantes obrigações laborais nos termos da legislação em vigor;
- i) Guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato e, em particular, de todo e qualquer dado de natureza pessoal dos clientes da entidade



adjudicante, a que tenha acesso no âmbito da execução do contrato, assinando declaração sob compromisso de honra para esse efeito;

j) Responder por qualquer erro, deficiência ou omissão na prestação de serviços, qualquer que seja a sua origem e qualquer momento em que seja detetado;

k) Incorrer em todos os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, na execução da prestação de serviços, de materiais, hardware, software ou de outros a que respeitam quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial, direitos de autor ou conexos;

l) Analisar e levar em consideração todas as situações e circunstâncias relevantes para a execução da prestação de serviços;

m) Identificar um interlocutor para articulação com o Gestor do Contrato da entidade adjudicante.

n) Não fazer uso de meios publicitários relativos ao contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante.

o) Afetar os recursos humanos, materiais, informáticos e tecnológicos que garantam efetivamente e a todo o tempo o cumprimento integral dos serviços e níveis de serviços descritos nas Disposições Particulares e/ou Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos.

o.i) Os recursos humanos a afetar à prestação de serviços estão no âmbito de organização e sob autoridade do adjudicatário não existindo qualquer vínculo laboral com a entidade adjudicante.

o.ii) O adjudicatário obriga-se a afetar os recursos humanos com idoneidade moral, aptidão física, psicológica e emocional, que reúna as condições de natureza técnico-profissional adequadas à boa execução da prestação de serviço e assegurar que tem a formação profissional exigida.

o.iii) A entidade adjudicante poderá solicitar a qualquer momento a substituição de pessoal envolvido na prestação de serviços.

p) Garantir o cumprimento das normas de Segurança e Saúde no Trabalho, Segurança Alimentar e Ambiente, nos termos da legislação e/ou regulamentação interna, se aplicável.



Cláusula 4.^a Afetação de Recursos

- 1 – Para concretização da prestação de serviços o adjudicatário obriga-se a afetar os recursos humanos já existentes, e os recursos materiais, informáticos e tecnológicos, à exceção dos assegurados pela Águas e Energia do Porto, e que garantam efetivamente e a todo o tempo o cumprimento integral dos serviços e níveis de serviços descritos nas Disposições Particulares e/ou Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos, garantindo, no mínimo, os direitos já adquiridos por estes trabalhadores e outros que decorram da transmissão da posição do atual prestador do serviço, ao abrigo do cumprimento do previsto para transmissão de empresa ou estabelecimento por adjudicação de contratação de serviços que se concretize por concurso público ou por outro meio de seleção, no setor público e privado, conforme preconizado no nº 10 do artigo 285º do Código do Trabalho.
- 2 – Para efeitos do número anterior explicita-se no Anexo H do presente caderno de encargos informação relativa à atual dimensão da equipa afeta à prestação do serviço e demais condições contratuais.
- 3 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, podem os recursos humanos afetos àquele contrato exercer o direito de oposição à transmissão da posição do empregador no seu contrato de trabalho.
- 4 – Caso se verifique alguma situação de não alocação de algum daqueles recursos humanos, nos termos do número anterior, o adjudicatário deve completar as necessidades com recursos humanos com perfil adequado com vista ao cumprimento integral dos serviços e níveis de serviços descritos nas Disposições Particulares e/ou Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.
- 5 – Os recursos humanos a afetar à prestação de serviços estão no âmbito de organização e sob autoridade do adjudicatário não existindo qualquer vínculo laboral com a entidade adjudicante.
- 6 – O adjudicatário obriga-se a afetar os recursos humanos com idoneidade moral, aptidão física, psicológica e emocional, que reúnam as condições de natureza técnico-profissional adequadas à boa execução da prestação de serviço e assegurar que tem a formação profissional exigida.
- 7 – O adjudicatário deve fornecer à entidade adjudicante, cópia da ficha de aptidão médica dos trabalhadores afetos ao fornecimento de serviço.
- 8 – A entidade adjudicante poderá solicitar a qualquer momento a substituição de pessoal envolvido na prestação de serviços.



9 – O adjudicatário não poderá promover a substituição de pessoal envolvido na prestação de serviços, sem a devida fundamentação, e prévia autorização da entidade adjudicante.

10 - O adjudicatário deve fornecer aos trabalhadores, as informações e a formação necessárias ao desenvolvimento da atividade em condições de segurança e de saúde.

11 – O adjudicatário deve fornecer à entidade adjudicante, mapa com a identificação dos trabalhadores afetos ao fornecimento do serviço.

12 – O adjudicatário deve fornecer o Relatório de Avaliação de Riscos que contemple os trabalhadores e a respetiva lista das medidas (incluindo calendarização), propostas e recomendações formuladas pelos serviços de SST.

Cláusula 5.^a **Conformidade e Garantia Técnica**

O adjudicatário fica sujeito a prestar as obrigações de garantia, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à entidade adjudicante em fase de execução de Contrato, às exigências legais, obrigações de fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos Contratos de prestação de serviços, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

Cláusula 6.^a **Penalidades contratuais**

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do Contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a determinar em função da gravidade do incumprimento, sendo esta em caso de incumprimento dos prazos de execução dos serviços contratados calculada em **1% (um por cento)** do preço contratual por cada semana de atraso.

2 - A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos com sanções pecuniárias devidas, desde que tenha procedido previamente à notificação do adjudicatário, assegurando o contraditório.

3 - As penas pecuniárias previstas na presente Cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos excedentes.

4 - O eventual incumprimento das demais obrigações contratuais por parte do adjudicatário confere à entidade adjudicante a faculdade de rescindir de imediato o Contrato, nos termos da Cláusula que estabelece os termos da resolução por parte do contraente público, com o consequente acionamento das garantias nele prestadas.

5 - As Penalidades previstas pela presente Cláusula podem ser, no todo ou em parte, substituídas pelas previstas nas Disposições Particulares e/ou Cláusulas Técnicas.



Cláusula 7.^a Força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) No caso de existirem subcontratados do adjudicatário, aquelas circunstâncias, compreendidas na parte em que intervenham, para as quais não se verifiquem os requisitos do número anterior;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior. A força maior determina a modificação ao



contrato, nomeadamente no que à prorrogação do prazo concerne, pelo período correspondente ao impedimento de força maior, conforme a Cláusula 90.^a do presente Caderno de Encargos e da alínea a) do artigo 312.º do CCP.

Cláusula 8.^a Receção dos elementos a produzir ao abrigo do Contrato

1 - No prazo de 15 dias úteis, do mês seguinte à realização dos serviços referentes a cada fase de execução do Contrato, ou em prazo diferente estipulado nas Disposições Particulares ou e/ou Cláusulas Técnicas, a entidade adjudicante procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2 - No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e do disposto no Contrato.

Cláusula 9.^a Modificações objetivas ao Contrato

1 - O contrato pode ser modificado por:

- a) Acordo das partes, que não pode revestir forma menos solene do que a do contrato;
- b) Decisão judicial ou arbitral, exceto nos casos em que a modificação interfira com o resultado do exercício da margem de livre decisão administrativa subjacente ao mesmo ou implique a formulação de valorações próprias do exercício da função administrativa;
- c) Ato administrativo do contraente público, nos casos previstos na alínea c) do artigo seguinte.

2 - A modificação do contrato pode ter como fundamento:

- a) Cláusulas contratuais que indiquem de forma clara, precisa e inequívoca o âmbito e a natureza das eventuais modificações, bem como as condições em que podem ser aplicadas;
- b) A alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes tenham fundado a decisão de contratar, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato;



c) Razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes.

3 - Em casos excecionais e devidamente justificados, pode a entidade adjudicante modificar o contrato a pedido do adjudicatário, nomeadamente prorrogando o prazo de execução do contrato, desde que os motivos não sejam imputáveis à contraparte.

Cláusula 10.^a **Seguros**

1 - É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura de todos os riscos inerentes às obrigações contratadas, incluindo aqueles que importem responsabilidade civil extracontratual, bem como seguro de acidentes de trabalho.

2 - A entidade adjudicante pode exigir prova documental da celebração de contratos de seguro que cubram os riscos no número anterior, desde que, por lei, esses contratos sejam exigíveis.

Cláusula 11.^a **Subcontratação e cessão da posição contratual**

1 - A subcontratação por parte do adjudicatário de quaisquer serviços que lhe tenham sido adjudicados depende, sempre, de prévia autorização da Entidade Adjudicante, nos termos do disposto no artigo 319.º do CCP.

2 - Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, o adjudicatário está obrigado a assegurar o cumprimento dos requisitos constantes dos números 3 e 6 do artigo 318.º do CCP, mediante a apresentação de uma proposta fundamentada e instruída com todos os documentos comprovativos da verificação dos requisitos que seriam exigíveis para a autorização da subcontratação no próprio contrato.

3 - A subcontratação está vedada nas seguintes situações:

- a) Quando a escolha da entidade adjudicante tenha sido determinada por ajuste direto, nos casos em que só possa ser convidada uma entidade;
- b) Às entidades abrangidas pelas causas de impedimento previstas no artigo 55.º do CCP;
- c) Quando existam fortes indícios de que a cessão da posição contratual ou a subcontratação resultem de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

4 - A entidade adjudicante pode opor-se à subcontratação na fase de execução do contrato quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato.



5 – Todos os subcontratos devem conter uma cláusula na qual o subcontratado declara conhecer, integralmente, o presente Caderno de Encargos, nomeadamente, as cláusulas referentes à subcontratação e ao pagamento direto aos Subcontratados.

6 – O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os Subcontratados e terceiros.

7 – A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do adjudicatário, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a Subcontratados.

8 – O incumprimento do previsto no número 5, é considerado uma violação grave do contrato, podendo a entidade adjudicante aplicar ao adjudicatário, uma sanção contratual, no valor de até **€5.000,00 (cinco mil euros)**, com limite de **10% (dez por cento)** do valor contratual, por cada violação verificada.

Cláusula 12.^a Liberação da caução

A liberação da caução referida no artigo 13.º do Convite ocorre nos termos do regime de liberação de cauções previsto no artigo 295.º do CCP.

Cláusula 13.^a Faturação e Pagamento

1 - A(s) quantia(s) devida(s) pela entidade adjudicante, nos termos do presente Caderno de Encargos, deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção por aquela das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação objeto do contrato.

2 - A(s) quantia(s) devida(s) pela entidade adjudicante, nos termos do presente Caderno de Encargos, pode(m) ser excecionalmente paga(s) no prazo 30 dias ou a pronto pagamento, após a receção por aquela das respetivas faturas, se pelo adjudicatário for proposto desconto.

3 - Para os efeitos do disposto nos números anteriores, a obrigação considera-se vencida com a execução dos serviços objeto do contrato, devendo a fatura referenciar o código do presente procedimento e o número da nota de encomenda, sob pena de devolução.

4 - Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar, por escrito, ao adjudicatário, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.



5 - A falta de pagamento dos valores contestados pela entidade adjudicante, não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do adjudicatário, devendo, no entanto, a entidade adjudicante proceder ao pagamento da importância não contestada.

6 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números 1 a 3, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo adjudicatário.

7 - No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.

8 - Apenas serão admitidos os adiantamentos de preço nos termos contantes do artigo 292.º do CCP.

9 – Nos termos do número 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na redação atual, os contraentes públicos são obrigados, a partir de 18 de abril de 2019, a receber e a processar faturas eletrónicas no modelo estabelecido pela norma europeia respetiva aprovada pela Comissão Europeia e publicitada no portal dos contratos públicos, a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do CCP.

Cláusula 14.ª **Gestor de contrato**

1 - O acompanhamento da execução do contrato pela entidade adjudicante é assegurado através do Gestor do Contrato a designar para o efeito, o qual exercerá as competências previstas no artigo 290.º-A do CCP e, bem assim, todas as que para esse efeito lhe forem delegadas, desde que notificadas à contraparte, para conhecimento desta.

2 - Para o efeito previsto no número anterior, o Gestor do Contrato é o interlocutor privilegiado da entidade adjudicante em todas as comunicações que devam ser trocadas entre as partes no quadro da execução do contrato.

3 - A entidade adjudicante pode, a seu critério e a todo o tempo, proceder à substituição do Gestor do Contrato.

4 - No caso previsto no número anterior, as competências eventualmente delegadas pela entidade adjudicante no Gestor do contrato, consideram-se automaticamente reconduzidas no substituto.

5 - Sob critério da entidade adjudicante o Gestor do Contrato pode, em fase da respetiva execução ser constituído em equipa, desde que seja definido o interlocutor principal



junto do adjudicatário e que se observem as formalidades previstas no número 3 anterior, com as necessárias adaptações.

Cláusula 15.^a Resolução por parte da Entidade Adjudicante

- 1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o Contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave e reiterada as suas obrigações contratuais.
- 2 – Em substituição da resolução sancionatória prevista no número anterior, a entidade adjudicante reserva-se na prerrogativa de exigir a cedência da posição contratual do adjudicatário, nos termos previstos no artigo 318.º-A do CCP.
- 3 – Quando aplicável, a resolução contratual exerce-se por declaração fundamentada enviada ao adjudicatário.

Cláusula 16.^a Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 17.^a Anexos

A descrição da prestação consta do Anexo I deste Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.



CLÁUSULAS PARTICULARES

Cláusula 18.^a Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as Cláusulas a incluir no Contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de Vigilância e Segurança, de acordo com as especificações técnicas Anexo I.

Cláusula 19.^a Preço base

1 - O preço base do presente procedimento, em conformidade com o artigo 47.º do CCP, é de €1.329.580,00 (um milhão trezentos e vinte e nove mil quinhentos e oitenta euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, subdividido nos seguintes termos:

- a) Lote 1 – 1.327.300,00 € (um milhão trezentos e vinte e sete mil euros);
- b) Lote 2 – 2.280,00 € (dois mil duzentos e oitenta euros).

Cláusula 20.^a Prazo

1 - Lote 1 – Aquisição de Serviços de Segurança e Vigilância nas Instalações da AEdP:

- a) O Contrato será válido pelo prazo de 365 dias, contado do dia seguinte ao da data da assinatura, renovando-se automaticamente por iguais e sucessivos períodos até ao limite de 1095 dias, exceto se qualquer uma das partes, por comunicação escrita dirigida à outra, com antecedência mínima de 60 dias a tal se opuser.

2 - Lote 2 – Aquisição de Serviços de Instalação de Alarme de Intrusão e Incêndio no Pavilhão da Água:

- a) O Contrato será válido pelo prazo de 365 dias, contado a partir do dia 01/01/2026, renovando-se automaticamente por iguais e sucessivos períodos até ao limite de 1095 dias, exceto se qualquer uma das partes, por comunicação escrita dirigida à outra, com antecedência mínima de 60 dias a tal se opuser.



Cláusula 21.^a Obrigações particulares do adjudicatário

1 - O adjudicatário obriga-se a afetar à execução da prestação de serviços objeto do contrato, trabalhadores em regime de trabalho sem termo, podendo afetar trabalhadores em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo de vigência do presente caderno de encargos, em cumprimento do disposto do número 2 do artigo 419.º-A do CCP, aplicável pela remissão do número 2 do artigo 451.º do CCP, cujo incumprimento constitui contraordenação muito grave nos termos da alínea f) do artigo 456.º do CCP.

2 - Nos termos dos números 3 e 4 do artigo 419.º-A do CCP, o disposto no número anterior não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d), do número 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho, nem aqueles que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do contrato.

3 - O adjudicatário deve entregar, no prazo máximo de 5 dias, contados desde o início da vigência do contrato, um documento com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual. No caso de ocorrer, durante o tempo da prestação de serviço, alguma alteração dos trabalhadores inicialmente afetos à prestação do serviço, o adjudicatário deve, no prazo máximo de 5 dias a contar da data da sua ocorrência, apresentar novo documento com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual.

Cláusula 23.^a Penalidades particulares

1 - Pelo incumprimento da obrigação de entrega documento com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual, identificado na Cláusula anterior, a entidade adjudicante poderá exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária de até **5% (cinco por cento)** do preço contratual.

2 - Em função da gravidade do incumprimento da obrigação anterior, ou da sua reiteração após instruções transmitidas no exercício do poder de direção por parte da entidade adjudicante tendente à respetiva observância, e apenas no âmbito do referido contrato, pode este ser resolvido a título sancionatório, nos termos da alínea b), do número 1 do artigo 333.º do CCP, sem prejuízo do disposto no número 3 desta mesma disposição legal.





Anexo I – Cláusulas Técnicas

Cláusula 23.^a Âmbito

O presente procedimento refere-se à Aquisição do Serviço de Vigilância e segurança nos seguintes termos:

1 – Lote 1 - Aquisição de Serviços de Segurança e Vigilância nas Instalações da AEdP

1.1 - Local e número de horas estimados para a prestação dos serviços

Item	Local / Instalação	Qtd	Horário dos vigilantes
1	Vigilância 24 horas – Instalações R. Barão Nova Sintra 285		
1.1	Portaria principal	1	permanente de Segunda-feira a Domingo 24 horas todos os dias do ano
1.2	Edifício Gestão Clientes / Campus	1	Edifício Gestão Clientes - permanente de Segunda-feira a Domingo 12 horas todos os dias do ano* Campus - permanente de Segunda-feira a Domingo 12 horas todos os dias do ano*
1.3	Videovigilância – Edifício Sede	1	permanente de Segunda-feira a Domingo 24 horas todos os dias do ano
2	Vigilância 12 horas – Instalações R. Barão Nova Sintra 285		
2.1	Mata e Jardins de Nova Sintra	1	Permanente de Segunda-feira a Domingo das 8:00 às 20:00
3	Vigilância 8 h – Instalações Pavilhão da Água		
3.1	Pavilhão da Água	1	A pedido, durante o fim-de-semana das 09:00 h às 17:00 horas (máximo de dois dias por fim-de-semana, 16 fim-de- semana por ano, pode incluir feriados)
4	Vigilância 24 horas – Instalações ETAR do Freixo		
4.1	ETAR do Freixo	1	permanente de Segunda-feira a Domingo 24 horas todos os dias do ano**

*O Horário de Funcionamento do Edf. Gestão Clientes é de segunda-feira a sexta-feira das 8h às 20h e Sábados das 8h às 13h. Fora do horário normal do Edf. Gestão Clientes o posto de trabalho ficará alocado às restantes atividades e tarefas. Deve estar prevista a possibilidade de alteração do horário das funções dos regulamentos internos da AEdP.

** Quantidade estimada, podendo ser cessada a qualquer momento pela AEdP.



1.2 - Requisitos mínimos por tipologia de serviço

1.2.1 - Serviço de Vigilância Humana:

- a) Realizar a abertura e o encerramento das instalações;
- b) Realizar o controlo de acessos às instalações no que se refere a pessoas, viaturas e mercadorias, bem como controlo do acesso e/ou permanência de pessoas não autorizadas em áreas restritas ou reservadas;
- c) Proceder ao registo de todas as pessoas e viaturas que tenham acesso às instalações conforme os procedimentos em vigor e/ou aprovados pela AEdP;
- d) Controlar o parque de estacionamento dos funcionários e dos Clientes;
- e) Intervir em emergências, incluindo aquelas em que possa ser requerida a evacuação total ou parcial dos ocupantes das instalações;
- f) Monitorizar sistemas de controlo e segurança das instalações, designadamente de deteção de intrusão, deteção de incêndios, controlo de acessos, sistemas de CCTV, entre outros;
- g) Vigiar instalações de forma a prevenir a ocorrência de conflitos, distúrbios ou outros incidentes capazes de impedirem o normal funcionamento das instalações;
- h) Cumprir e garantir o cumprimento de regulamentos e outros normativos aplicáveis das instalações;
- i) Desencadear as ações preliminares de correção de anomalias, de acordo com as instruções em vigor em cada instalação, nomeadamente de prevenção de furtos, incêndios, inundações, explosões, solicitando a intervenção dos meios de apoio adequados;
- j) Inspeccionar regularmente o estado de equipamentos de primeira intervenção em caso de incêndio (extintores, carretéis e bocas de serviço);
- k) Informar, por escrito, o responsável das instalações, de quaisquer situações anómalas que ocorram durante o período de serviço;
- l) Definir normas técnicas de serviço para o seu pessoal, submetendo-as previamente à aprovação da AEdP;
- m) Manter as instalações que são confinadas em rigoroso estado de higiene, limpeza e conservação;
- n) Inspeccionar periódica e frequentemente as zonas mais propícias à dissimulação de pessoas;
- o) Proceder aos cortes de energia elétrica e gás, conforme instruções em vigor e/ou no plano de emergência;



- p) Estabelecer ligação com os postos fixos e reforçá-los, se necessário;
- q) Efetuar controlo e guarda do chaveiro que lhe for confiado;
- r) Deverá ter disponível um tablet com acesso à internet de forma a receber emails e para poder inserir todos os relatórios na plataforma H2Porto em tempo real;
- s) Para a concretização da alínea anterior, o Prestador de Serviços terá de possuir um tablet com as seguintes características mínimas para o registo das intervenções aplicação H2Porto:
 - i. CPU Dual-Core;
 - ii. 1GB RAM;
 - iii. Display com dimensão de 7" ou superior;
 - iv. Câmara fotográfica;
 - v. Comunicações: rede móvel (dados móveis da responsabilidade do prestador de serviços) ou Wi-Fi (disponível gratuitamente em quase todos os locais do campus AEdP);
 - vi. GPS.
- t) Encaminhar os clientes, visitas e outros, sempre que necessário;
- u) Se for caso disso, é da responsabilidade do novo adjudicatário acordar com o adjudicatário cessante, os moldes em que se procederá à substituição, com especial relevo para a gestão do pessoal, sendo da sua responsabilidade a normal continuidade na prestação do serviço;

1.2.2. - Serviço de Ronda Móvel:

- a) Vigiar todo o recinto interior e exterior dos diferentes edifícios e espaços, incluindo parques e mata;
- b) Sinalizar situações de risco ou de risco potencial que deverão ser prontamente comunicadas à AEdP;
- c) Em caso de ativação de alarme, o vigilante deve se deslocar ao local para verificar a ocorrência com vista a sua resolução;
- d) Identificar todas as situações anormais nas instalações, equipamentos e viaturas;



- e) Deverão ser colocados pontos de picagens de rondas pelo adjudicatário, nos locais definidos pela AEdP e as picagens deverão estar disponíveis para consulta de imediato.

1.3 - Acompanhamento dos Serviços e Reporte de Informação:

- a) Diariamente serão elaborados relatórios de todas as ocorrências que ponham em causa a vigilância e segurança da AEdP, quer tenham sido detetadas pelos vigilantes dos postos fixos, quer pelos responsáveis pelas rondas. Os relatórios serão enviados diariamente por email, ou submetidos na plataforma H2Porto;
- b) Existência de um contacto telefónico único e disponível 24 horas por dia todos os dias do ano, para os vigilantes que estejam de serviço na AEdP, para o item 1 e para o item 4;
- c) Visitas de Supervisão às instalações da AEdP;
- d) Assegurar que um dos vigilantes é o responsável nas instalações, incluindo sábados, domingos e feriados. Este elemento será o elo entre a equipa da Gestão de Frota e Edifícios e a equipa de segurança;
- e) O adjudicatário deve equipar todo o seu pessoal com emissores-recetores rádio.

1.4 - Recursos Humanos

1 - O adjudicatário, deve garantir os recursos humanos necessários para a execução operacional do contrato, quer do ponto de vista qualitativo, quer quantitativo, de acordo com a legislação aplicável ao setor de atividade.

2 - Os meios afetar à execução dos serviços objeto do contrato, devem ser repartidos por três categorias principais, consoante as funções a desempenhar, que sumariamente consistem em:

- a) **Vigilantes** – A quem compete a operacionalização no terreno dos serviços objeto do contrato;
- b) **Supervisor de operações** - a quem compete o acompanhamento/monitorização do serviço efetuado pelo vigilante no local de trabalho, zelando pela sua qualidade e pelo cumprimento dos aspetos contratualizados, bem como o reporte de ocorrências ao adjudicatário. O adjudicatário deve afetar pelo menos 1 supervisor com formação em “Direção de segurança”, a comprovar por cartão profissional dessa categoria, emitido pela Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública;



- c) **Gestor de Contrato** – A quem compete o acompanhamento do contrato na sua vertente de execução financeira e operacional bem como a prestação de todos os esclarecimentos solicitados pelo adjudicatário em relação a fatura emitida e relatório financeiro enviado. Cumprimento da periodicidade da frequência das visitas de inspeção às instalações do cliente para supervisão da prestação de serviços, a qual nunca poderá ser inferior a uma visita por mês.

- 3 - Os vigilantes devem apresentar-se devidamente fardados e identificados.
- 4 - Substituir os vigilantes que lhes sejam indicados, sempre que ocorra motivo justificado.
- 5 - A substituição de vigilantes só deverá ser efetuada com aprovação prévia da AEdP, exceto em situações de emergência.
- 6 - Respeitar todos os procedimentos e instruções de trabalho em vigor na AEdP, bem como executar novos procedimentos, que dentro da sua natureza, possam ser atribuídos ao Adjudicatário.
- 7 - O Adjudicatário deve também entregar todos os seus próprios procedimentos, normas e regras referentes à prestação de serviços.
- 8 - Ser responsável por todas as obrigações relativas aos profissionais, pela disciplina e aptidão do mesmo, bem como pela reparação de prejuízos por eles causados nas instalações da AEdP, nos equipamentos ou em terceiros.
- 9 - Manter o pessoal seguro contra riscos de acidente de trabalho, comprovando-o à AEdP através da apólice subscrita.
- 10 - Receber formação adequada às funções que desempenham. Compete ao adjudicatário fazer prova dessa formação, mediante a exibição dos correspondentes certificados, até 15 dias após o início da prestação, bem como proceder à respetiva atualização. É considerada formação obrigatória a seguinte:
 - i. Procedimentos de Emergência e Combate a Incêndio;
 - ii. Suporte Básico de Vida;
 - iii. Atendimento ao público;
 - iv. Métodos e Técnicas para lidar com situações de violência, Stress e Agressividade.



1.5 – Prazo de Resposta

1 - Para além do disposto nos anteriores, o prestador de serviços se obriga ainda a garantir:

a) Cumprimento de horários:

- i. Colocação de pessoal afeto ao serviço em conformidade com os horários contratados

b) Serviço Extraordinário:

- i. Como resultado de possível extensão da prestação de serviços a outros edifícios da AEdP, poderão surgir alterações às unidades referidas no número ponto 2. A verificar-se, confirma-se que os edifícios estão localizados na cidade do Porto.
- ii. Disponibilizar, a pedido da AEdP vigilantes para a prestação de serviços extra (a satisfazer no prazo máximo de 60 minutos nos casos de colocação no local de 1 a 2 vigilantes adicionais).
- iii. Disponibilizar, a pedido da AEdP, vigilantes para a prestação de serviços de vigilância e segurança em eventos (a solicitar com ao prestador de serviços com uma antecedência mínima de 5 dias).
- iv. Para a realização de serviço extraordinários, o adjudicatário obriga-se a manter os preços apresentados na sua proposta.

c) Substituição de pessoal:

- i. Não substituir pessoal sem aprovação prévia da AEdP, salvo em casos de emergência;
- ii. Substituir qualquer elemento do seu pessoal, a pedido da AEdP, no período máximo de 60 minutos após a comunicação.

1.6 - Verificação da execução dos serviços

1 - A AEdP poderá verificar a qualquer momento, através de visitas aos locais, se os serviços objeto do contrato estão a ser executados de acordo com o definido no presente caderno de encargos, bem como o cumprimento de outros requisitos exigidos por lei e aplicáveis ao setor da segurança.



Em caso de incumprimento dos níveis de serviço mínimos fixados, podem ser aplicadas sanções nos seguintes termos:

a) Cumprimento de horários:

- i. Aplicada uma sanção fixa de 100€ (cem euros) por ocorrência, à qual acresce uma sanção adicional, calculada da seguinte forma:

$$S = h * HH * 5$$

Sendo,

S = Sanção (em Euros) h = Número de horas ou fração em atraso HH = valor hora/homem contratado em Euros

- b) Substituição de pessoal (b.i): Aplicada uma sanção fixa de 500€ (quinhentos Euros) por ocorrência

- c) Substituição de pessoal (b.ii): Aplicada uma sanção fixa de 200€ (duzentos euros) por ocorrência, à qual acresce uma sanção adicional, calculada da seguinte forma:

$$S = h * HH * 3$$

Sendo,

S = Sanção (em Euros) h = Número de horas ou fração em atraso HH = valor hora/homem contratado em Euros

- d) Periodicidade de Frequência (c): Aplicada uma sanção fixa de 100€ (cem euros) por ocorrência.

2 – Os valores cumulativos das sanções aplicáveis no âmbito da execução do presente contrato nunca poderão exceder 20 % do valor contratual.

1.7 – Resposta a reclamações

1 - Sempre que existir uma reclamação relativa ao trabalho realizado pelo adjudicatário, este dispõe no máximo de 5 dias úteis para a respetiva exposição escrita dos fatos à AEdP e em caso de responsabilidade, deverá acompanhar a referida exposição de medidas preventivas ou corretivas, tendo em vista a resolução, ou não, da repetição do problema.



2 - Lote 2 - Aquisição de Serviços de Instalação de Alarme de Intrusão e Incêndio no Pavilhão da Água:

2.1 - Serviços Para o Alarme de Intrusão

Equipamentos/serviços	Quantidades
Ligação à central de segurança 24h	1
Envio SMS de confirmação e cancelamento	Ilimitado
Senha e contra-senha	Ilimitado
Monitorização de comunicações	Ilimitado
Atendimento ao cliente 24h	Ilimitado
Assistência técnica 24h	Ilimitado
Comunicação GSM/GPRS	Ilimitado
Controlo de acessos, horários e pessoas	Ilimitado
Acesso Web	ilimitado
Detetores de intrusão	Mínimo 8 unidades
Reposição de peças e consumíveis	Sempre que necessário
Manutenção do equipamento	mínimo 1 vez ao ano
Colocação de placas dissuasoras	Mínimo 2 placas nas entradas do edifício

2.2 - Serviços Para o Alarme de Incêndio

Equipamentos/serviços	Quantidades
Ligação à central de segurança 24h	1
Envio SMS de confirmação e cancelamento	Ilimitado
Senha e contra-senha	Ilimitado
Monitorização de comunicações	Ilimitado
Atendimento ao cliente 24h	Ilimitado
Assistência técnica 24h	Ilimitado
Comunicação GSM/GPRS	Ilimitado
Controlo de acessos, horários e pessoas	Ilimitado
Acesso Web	ilimitado
Detetores de intrusão	Mínimo 19 unidades
Reposição de peças e consumíveis	Sempre que necessário
Manutenção do equipamento	mínimo 1 vez ao ano

